



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero.

A IMPORTÂNCIA DA TEORIA FEMINISTA NA PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL: UM OLHAR EPISTÊMICO SOBRE OS DIREITOS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Izadora Ribeiro Silva Costa¹
Lina Maria Brandão de Aras²

Resumo: Este é um convite à reflexão sobre a necessidade de inclusão da perspectiva de gênero nas pesquisas em Serviço Social, em especial, no que diz respeito nas investigações cujo objeto trata da violência contra a mulher, no sentido de ampliar a percepção das contradições sociais históricas que estas estão inseridas, compreendendo a ênfase da notificação compulsória na política de saúde das mulheres vítimas de violência doméstica.

Palavras-chave: Serviço social, Pesquisa, Gênero, Violência, Saúde.

Abstract: This is an invitation to reflect on the need to include a gender perspective in Social Service research, especially in the field of research on violence against women, in order to broaden the perception of historical social contradictions that these are inserted, including the emphasis of compulsory notification in the health policy of women victims of domestic violence.

Keywords: Social service, Search, Gender, Violence, Health.

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Entrar em contato com estudos que impactam sobre o *fazer* ciência altera definitivamente o olhar sobre a produção do conhecimento, sobre a sociedade e como se processam essas relações, pois, a partir desse contato com a crítica a ciência identificamos o que está implícito na escolha dos objetos de estudo e nas abordagens teórico metodológicas.

A aproximação com a pesquisa desperta para aspectos filosóficos que fundamentam a pesquisa social, mas também para a reflexão do porquê se deseja fazer pesquisa e, conseqüentemente, como fazê-la. Este fazer ciência deve perseguir a liberdade para potencializar a inteligência e a criação, que não pode ser distorcida, mas acompanhada de uma vigilância teórica e das condições do uso dos recursos e das técnicas de investigação.

¹ Professor com formação em Serviço Social, Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, E-mail: iribeiro1@hotmail.com.

² Professor com formação em outras áreas, Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, E-mail: iribeiro1@hotmail.com.

O caminho a ser percorrido é contrário à neutralidade ou imparcialidade: a proposta é buscar o caminho que aponte para os diversos pontos de vista que implicam na busca do autoconhecimento e posicionalidade, perseguindo a objetividade da desconstrução, da contestação e da transformação dos sistemas de produção de conhecimento, admitindo várias formas de ver. (HARAWAY, 1995)

Herivelto Moreira e Luiz Gonzaga Caleffe (2008) afirmam que a realização da pesquisa é, por vezes, guiada por pressupostos individuais ou coletivos que acabam por influenciar como os pesquisadores realizam o processo de estudo e, cada etapa, é influenciada pela visão de mundo e engajamento dos/as pesquisadores/as. Essa reflexão chama atenção para o compromisso que se assume diante do objeto pesquisado e de como os dados são analisados, diante da visão da pesquisadora, de sua experiência e postura política inseridas no mundo social e suas diversificadas relações, que serão compartilhadas e carregadas de significados, a partir da desta interpretação.

Tamanha é a percepção da responsabilidade e compromisso a que esses compartilhamentos nos conduzem, que são necessárias estratégias metodológicas que possibilitem uma aproximação com aprofundamento coerente com a coleta e/ou produção dos dados.

A escolha por uma metodologia como uma organização dos caminhos a serem percorridos implica não somente em aplicar instrumentos, mas, em estudar qual a melhor forma de fazê-lo. Nesse sentido a proposta da epistemologia feminista é de desconstrução do modelo universal hegemônico imposto, elevando ao máximo a potência do conhecimento a partir “de dentro”, das experiências localizadas, admitindo a parcialidade.

Nesse sentido, o percurso teórico metodológico nos remete a uma devida atenção e cuidado com os passos e decisões a serem tomadas, localizando a pesquisadora na direção da descoberta. Na condição de Assistente Social com experiência situada no campo da saúde pública, tornou-se necessário o despertar para outras formas de produção do conhecimento, deixando aproximar-se da presença da liberdade epistemológica, permitindo o descortinar de uma realidade mais próxima.

Enquanto pesquisadora ratifico minha posicionalidade em aprofundar os dados e buscar elucidar novas inquietações. Entendo que há necessidade de ampliar os estudos teóricos e de aprofundar os questionamentos que surgiram, numa proposta de continuidade da pesquisa, utilizando as lentes de gênero e das relações de gênero nas linhas de abordagem e de categorias como epistemologia, gênero, patriarcado, violência, interseccionalidade e posicionalidade a serem analisadas sob a égide da perspectiva

feminista, pela construção de um pensamento de luta pela liberdade e igualdade entre as pessoas com ênfase na superação da opressão histórica vivida por mulheres.

Num esforço de refletir sobre nossos desafios enquanto pesquisadoras no campo do Serviço Social, inseridas num contexto da objetividade e da suposta universalidade dos discursos, encontramos-nos desafiando a subjetividade e, cada vez mais, convocando-nos a refletir acerca da posicionalidade proposta em Donna Haraway (1995) e Sandra Harding (1998), acerca do que é produzido a partir desse olhar localizado, aproximamo-nos das teorias coerentes com o lugar de fala das interlocutoras da pesquisa, assim como de pesquisadoras.

A metodologia tem uma atribuição importante quando falamos de pesquisa feminista, pois diz respeito ao compromisso explícito desta com a especialização das pesquisadoras, localização dos discursos das nossas interlocutoras e a transformação de nós próprias e das relações sociais vigentes ainda baseadas em padrões de violência e subordinação.

Na direção da coerência teórica e política, escolha teórico metodológica, o presente artigo intenta apresentar e discutir sob a perspectiva da teoria feminista do ponto de vista (*Stand Point*), um dos dados da pesquisa que evidencia o sexo do/a autor/a da violência, ressaltando assim a importância da análise dos achados nas pesquisas de violência contra a mulher a partir de uma experiência localizada.

Os achados da pesquisa indicam a necessidade de aproximação com a formulação teórica e uma epistemologia alicerçadas em estudos que possam identificar possíveis distorções e avançar no que tange propostas e diálogos na direção da superação deste estado de violência que essas mulheres vivem historicamente.

A proposta de incorporação de pressupostos de Sandra Harding (1998) a partir de uma experiência localizada, tem sentido quando se concebe que os grupos não compartilham das mesmas vivências, afastando o risco com a verdade e sujeito universais. Nesse sentido, a pesquisa tem, enquanto abordagem epistemológica, que subsidia essa análise, a teoria feminista do ponto de vista, defendendo que o conhecimento é sempre situado, posicionando-se contra a objetividade, explicitando o papel da experiência, aporta-se sobre o lugar de fala dessas mulheres.

A escolha pelo diálogo dos dados com a teoria do ponto de vista da teoria feminista nos aproxima de uma realidade da vida de muitas mulheres de forma a atribuir sentido ao enfrentamento necessário e urgente. As elaborações teóricas que a perspectiva feminista propõe refletir sobre esse lugar de fala e alterar panoramas de opressão e subordinação que

tanto queremos superar e que ainda estão presentes no cotidiano de muitas mulheres. Essa leitura nos coloca num lugar de fala também muito mais posicionado e político no sentido de dar ação às constatações das pesquisas e em forma de militância feminista e localizada nas nossas intervenções, no campo prático das nossas atuações profissionais, assim como na posicionalidade nas nossas pesquisas e produções.

2 A NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE VIOLÊNCIA NA SAÚDE: O DIREITO À VIDA DAS MULHERES

A ficha de notificação compulsória foi instituída em 2003 quando o Ministério da Saúde publicou Lei nº 10.778, de 26 de novembro, que estabelece a notificação compulsória, nos serviços de saúde públicos ou privados, em caso de violência contra a mulher e implantada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde em 2009.

As notificações deveriam acontecer nas unidades de saúde em todos os níveis de complexidade (Básica, Média e Alta) e lócus de atenção (Unidade Básica de Saúde e Urgência e Emergência). Esta notificação deve acontecer de forma ampla, contínua e compulsória, nos casos envolvendo suspeita ou efetiva violência às crianças, adolescentes, idosos/as, pessoas com deficiência e mulheres.

A notificação é feita mediante preenchimento de ficha específica, realizada por qualquer profissional da equipe de saúde, incluindo a/o Assistente Social, que preste atendimento à pessoa que sofreu algum ou mais eventos de violência e, segundo Mariana Freire e Raquel Passos (2015), dados do SINAN (2011) apontam que a cada três atendimentos, dois envolvem alto nível de violência contra as mulheres, sendo fundamental uma reflexão sobre esse atendimento, que deve ser especializado pela complexidade que se apresenta.

Sob a égide da integralidade, cada um desses saberes que compõem a multidisciplinaridade, deve contribuir para o atendimento das mulheres vítimas de violência, compreendendo que cada um desses indica um caminho a seguir, mas, por seu caráter de construção coletiva, indicam a congruência na direção do enfrentamento e quebra do ciclo de violência em que a mulher está mergulhada, às vezes, há muitos anos, causando-lhe danos irreversíveis, tanto no que diz respeito ao aspecto físico quanto da sua saúde mental.

Segundo Sondra Farganis (1997), a ciência feminista consciente da relação entre a teoria e a prática quer não só atuar como ciência, mas honrar com seu compromisso de eliminar todas as formas de opressão contra as mulheres, contribuindo com uma nova forma de perceber o mundo, ratificando que o gênero sempre terá importância pelo caráter analítico e político que ele expressa. É apoiada nesse caráter que vislumbramos o alcance das nossas pesquisas e de que forma estas podem contribuir com a eliminação das diversas opressões e superação desse panorama de exclusão de direitos das mulheres, em especial, as que sofrem violência doméstica.

O esforço é no sentido do reconhecimento das influências que transitaram sobre as pesquisas sobre mulheres que não favoreceu o deslocamento desse lugar de opressão e, muitas vezes, de apatia. Nosso lugar para além desse encontro cotidiano com a desigualdade, nos mostra também um lugar de resistência e de persistência pela igualdade de direitos e de visibilização de processos que nos fazem diferentes e diversas, mas que também nos coloca num lugar de vulnerabilidade e é o olhar sob as lentes de gênero que possibilita essa crítica.

Fox Keller (2006) afirma que o movimento feminista, em especial o da segunda onda, enquanto sua concepção política queria, acima de tudo, mudar a vida das mulheres, reconhecendo que, para isso, seria necessário mudar o mundo. Afirmando, ainda, que a teoria feminista tem um papel importante enquanto modo de compreender a organização da vida cotidiana. Isso significaria alterar suposições teóricas em várias linhas de estudo da pesquisa científica.

Chama atenção, ainda, o quanto o movimento de mulheres contribuiu, e contribui, para as mudanças que alterariam a percepção das mulheres e do gênero, assim como das suas condições de vida, em parte significativa do mundo. Ressaltando ainda que o feminismo contemporâneo mudou a posição das mulheres na ciência a partir do desenvolvimento de uma série de estudos que abarcaria uma perspectiva feminista sobre as produções científicas.

A inserção das mulheres nas ciências biológicas, sociais e humanas tornou possível o deslocamento desse lugar que as colocava à parte da elaboração, discussão e da intervenção, ou seja, nos colocava à parte de lugares políticos e de lugares de poder, e por isso é importante refletir sobre os agentes de mudança sinalizando que por maior contribuição que as acadêmicas feministas tenham realizado, há um precedente que deve ser ressaltado que é o próprio movimento político e social. Fox Keller atribui a estes o *status* de transformação social (FOX KELLER, 2006).

Essas reflexões chamam atenção para o compromisso que assumo diante do objeto pesquisado e de como os dados a serem analisados, diante da visão de pesquisadora, as experiências e postura política diante do mundo social e suas diversificadas relações, serão de compartilhados e carregados de significados, a partir desta interpretação localizada.

Ainda que a situação de violência vivida pelas mulheres se apresente como questão universal, é reconhecida como uma das demandas mais presente nas agendas de discussão na América Latina. Ela deve ser pensada e articulada na sua potencialidade a partir de cada contexto vivido, das formulações teóricas ali desenvolvidas, de sua trajetória histórica de construção acadêmica e de militância, para que possamos assim situar essas experiências.

Enfoca-se, então, a necessidade de compreender a violência doméstica contra a mulher e seu caráter multifacetado, ainda permeado de mitos e verdades, escondendo as diversas facetas do fato, ficando evidenciado que somente a intervenção em rede pode alcançar os objetivos de proteção. Nesse sentido saliento a premissa de que a rede de assistência precisa estar qualificada para compreender os vários aspectos que dizem respeito às relações sociais existentes em torno desse modelo com padrão violento nas relações, no que se refere ao contexto latino e brasileiro.

A perspectiva feminista localizada nos auxilia a pensar nos padrões de relacionamentos estabelecidos na sociedade brasileira quando recorremos aos estudos sobre a o processo de colonização desse país, a estrutura de governo que se estabeleceu, refletindo sobre as diversas intersecções presentes nesse contexto (raça, classe, sexualidade) que podem interferir sobremaneira na possibilidade de quebrar com o ciclo da violência.

Um lugar onde a dinâmica econômica, social e política transita entre estruturas de poder antidemocráticos incidem sobre as mulheres outras implicações presentes como filhos, emprego, qualificação, uniões sucessivas entre outros que dialogam com esse aumento do número de registro, favorecendo a continuidade da mulher no ciclo da violência.

Como aborda Breno Cypriano (2013), um discurso universalizante sobre a opressão das mulheres condenaria a abordagem e o alcance que se espera e que é pautado nas agendas feministas. Há um movimento de pensar as realidades específicas, em especial a do Brasil, incluindo na experiência desses sujeitos situados as condições de subalternidade às quais as mulheres brasileiras estão submetidas.

Os estudos latinoamericanos nos auxiliam no sentido de identificar essas perspectivas localizadas com suas especificidades e dá sentido em suas elaborações teóricas sobre a violência contra a mulher latina numa perspectiva interseccional incluindo entre outras categorias, raça e classe. Conforme Breno Cypriano “Quais são as contribuições da “teoria política feminista” ocidental para a reflexão sobre a América Latina? O que é o feminismo e a justiça social a partir desse projeto? (CYPRIANO, 2013, p.13).

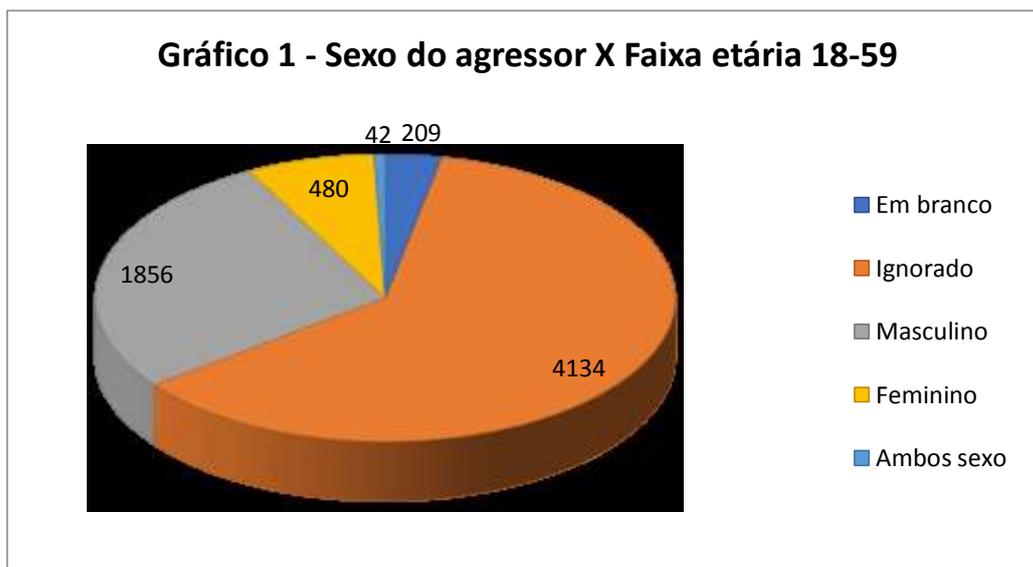
Segundo o autor alguns diálogos estão sendo realizados no sentido de romper com as barreiras acadêmicas universalizantes, que segundo ele banaliza o sistema de opressão que oprime as mulheres assim como banaliza as lutas empreendidas no sentido de ocupar espaços e enfrentar questões na perspectiva de sua localização e de suas experiências, no sentido de uma maior aproximação com a concretude de um projeto antipatriarcal e anticapitalista a partir das teorias do sul.

3 QUANTO À AUTORIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES: O QUE DIZEM OS DADOS DE NOTIFICAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

A referida pesquisa aportou-se na coleta de dados documental, através do SINAN/TABNET, analisando os dados da ficha de notificação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, às mulheres entre 18 e 59 anos, no lapso de tempo de 2010-2015, nos pontos de atenção à saúde pública, no município de Salvador.

A escolha do dado para a apresentação e discussão motivou-se pela persistência histórica quanto ao sexo da autoria de violência contra as mulheres, mesmo com as políticas públicas e da rede de proteção à mulher, com a promulgação da Lei Maria da Penha e atuação do Observatório da violência atuando para a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher.

Os dados de atendimento na saúde – quer seja na atenção básica, quer seja na urgência e emergência – ainda espelham o retrato mais cruel da violência: a agressão ao seu corpo, à sua mente e à sua existência, dentre outros tipos de violência.



Fonte: SINAN/TABNET 2010/2015

Ainda que tenhamos uma cronologia que demarca importantes avanços na política de proteção que devem integrar-se intersetorialmente para dar atenção integral à mulher em situação de violência, quanto ao sexo da autoria os dados não apresentam alterações: o sexo masculino apresenta-se como maioria nos registros da notificação compulsória nos dois lócus de atenção (unidades básicas e urgências e emergência).

Dados da pesquisa documental, sistematizados no Gráfico 1, a partir da pesquisa realizada em 2017 no SINAN/TABNET, acerca dos dados de notificações realizadas entre 2010 a 2015, evidenciam que mulheres dos 18 a 59 anos, ainda que guardadas suas especificidades, ratificam que historicamente o homem encontra-se no lugar de perpetrador de violência, refletindo a sua condição de poder sobre a mulher numa explosão de machismo que não aceita ser contrariado nos seus ditames alicerçado nas relações de gênero patriarcais, ou seja, o patriarcado, ainda que ressignificado ao longo dos estudos, apresenta-se como uma categoria analítica importante das relações entre homens e mulheres.

Heleieth Saffioti (2004) sustenta que cabe manter a categoria patriarcado justificando-se não de forma simples, que não se trata de uma relação privada, e sim civil estabelecendo assim direitos de acesso e de restrição de forma diferenciada; que dá direitos aos homens sobre as mulheres para além do parentesco e, ainda, reforçando a figura do marido; estabelece espaços de poder na sociedade que hierarquizam as relações; têm uma base material registrada pela exclusão histórica dos direitos de propriedade e corporifica-se especialmente baseada na violência.

Todavia, a autora reforça que, quanto mais se afastar das categorias patriarcais de pensamentos, melhores serão as possibilidades de avançar nas teorias denunciando a naturalização do domínio dos homens sobre as mulheres assegurando que, a partir daí, poderão nomear de patriarcado as relações atuais entre homens e mulheres, entendendo este para além do poder paterno, mas também, como um direito sexual, expresso pelo contrato do casamento na figura do marido.

Os dados nos remetem a constatar que as mulheres convivem com um padrão de relacionamento abusivo desde muito cedo ampliando assim seu tempo de exposição ao risco, caso não sejam investidas estratégias adequadas de intervenção que as alcancem para que as mesmas possam romper com esse ciclo de violência. Pensando na perspectiva de mão dupla, os homens reproduzem um modelo já inscrito na história que nos remete a pensar na figura do patriarcado ainda existente nas relações onde a figura masculina se centra como dono do corpo e das ações das mulheres impondo-se na violência para manter seu poder individual sobre suas parceiras e, colaborando com o poder coletivo de dominação de homens sobre as mulheres.

Para reversão desse quadro faz-se um necessário recorte no sentido de uma educação numa perspectiva de gênero como uma das alternativas possível de repensar o ser mulher numa sociedade patriarcal e machista, desde a formação das pessoas, em todos os espaços de socialização, nos diversos níveis de escolaridade, com projetos emancipatórios para ambos.

De acordo com Jussara Prá Reis (2010), falar em transversalização de gênero nas políticas públicas no Brasil é também examinar impasses e perspectivas tendo em vista a natureza complexa dessas inter-relações e a importância de apontar os limites de elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas numa perspectiva de gênero. Acrescenta ainda que "a transversalização de gênero como modelo alternativo de gestão pública com potencial de modificar padrões de relacionamento entre governantes e governados/as" (REIS, 2010, p 16), sendo assim capaz de ampliar as formas de fazer política, ou seja, transformar as relações entre Estado e sociedade.

A estratégia da intersectorialidade deve ser utilizada como uma importante ferramenta de intervenção para enfrentamento dessa realidade numa perspectiva ampla e dialogada entre os setores que trabalham diretamente com as políticas de proteção social a saber, educação, saúde, capacitação profissional, geração de emprego e renda entre outras. Segundo Regina Mito e Fernanda Schütz (2011, p.02), "a relevância desta proposta se justifica quando se observa a configuração fragmentada e desarticulada da política pública

brasileira, a qual obstaculiza o atendimento das necessidades da população em sua integralidade".

Podemos também observar um número significativo de autoria do sexo feminino e, com isso, formular algumas questões como a ocorrência da violência em relações homoafetivas, violência intrafamiliar, relações afetivas com homens "comprometidos" com outras mulheres, podendo assim ter havido agressões entre as mesmas.

Esse dado também nos provoca a pensar em como foram construídos e socializados conceitos de categorias como sexo, gênero, homem e mulher ao longo da história fazendo-nos refletir como as relações sociais se constituem a partir desse delineamento social e como se tornou fundamental para as identidades sexuais e assimetrias e hierarquias sociais. A categoria gênero possibilita pensar como se constroem essas experiências femininas e masculinas e os significados sociais de poder dessas relações para se pensar essa realidade. (SCOTT, 1990)

Há uma outra observação nos dados que nos chama atenção que diz respeito ao campo preenchido como "ignorado" que, como prevê o Manual VIVA (BRASIL, 2011) de procedimento para o preenchimento da ficha diz respeito a mulheres que chegaram em estado inconsciente, sem condições físicas de verbalizarem naquele momento. Este é mais um ponto a ser evidenciado e que merece aprofundamento, em passos subsequentes em próximas pesquisas, no sentido de aproximação com a leitura de realidade desse preenchimento nas unidades de saúde.

É necessário identificar como se dá esse processo entendendo se o mecanismo de preenchimento tem interferências que influenciam significativamente enquanto qualidade da informação. Essas interferências podem ser de ordem objetivas e práticas que dizem respeito ao cotidiano das instituições e suas estruturas, mas também podem ter caráter alicerçado na subjetividade do profissional que registra quanto à compreensão da violência contra a mulher.

As pesquisas e os estudos sobre violência contra a mulher a partir das lentes de gênero numa perspectiva localizada e interseccional, propõe ao profissional que atende na unidade de saúde identificar esse lugar de opressão em que esta se encontra naquele momento, e que a notificação situa-se como uma ferramenta relevante de visibilidade dos dados e de inquietações para o poder público que deverá ser provocado a investir em recursos materiais e em capacitações que possam auxiliar no processo de enfrentamento dessa questão.

3. À GUIZA DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proposto neste artigo se expressa pela sua relevância social e de defesa intransigente dos direitos humanos das mulheres, do direito à assistência integral e interseccional numa perspectiva de gênero, contribuindo para o entendimento da multiplicidade de fatores sobrepostos que possibilitam o acirramento desta violência. Além do caráter importante de visibilidade da notificação, servindo de um importante instrumento para o fomento de políticas públicas e como uma das formas de enfrentamento.

Pretende também identificar e evidenciar como as relações de gênero perpassam o Estado, transversalizam os governos e as outras instituições, através de suas diversas práticas. E, para além disso, como os serviços sociais dispostos nas políticas, que se pretendem mecanismos de transformação a favor do enfrentamento das questões, atingem as mulheres.

Assim, a perspectiva feminista empresta com seu caráter político, mais do que compreender o gênero como categoria de análise, mas também, como de intervenção nas relações pré-estabelecidas que perpetuam ainda a desigualdade e determinam como se dá o acesso aos direitos dessas mulheres. Constituindo-se como matéria de intervenção social, esse desdobramento da questão social, deve contar com uma ferramenta teórica metodológica que dê conta da compreensão dessa realidade tão multifacetada e complexa.

As construções teóricas e metodológicas na perspectiva feminista localizam o olhar para as pesquisas com diálogos que desafiam o caráter universalizante, aproximam das especificidades e nos obrigam ao aprimoramento epistemológico para uma construção de conhecimento que atenda a essas e outras demandas compreendendo o espaço geográfico, político e social que vivem essas mulheres.

Além de emprestar ao mundo uma história que na sua trajetória incorpora muito mais do que uma pessoa passiva na sociedade. As mulheres, ainda que sob total essa condição de desigualdade estrutural, em seus diversos espaços de fala e produção, também se coloca como resistência, com diversas articulações e experiências, de um sistema opressor nas suas estruturas macro, institucionais assim como na sua constituição orgânica que compõem as equipes de trabalho que devem planejar, organizar, monitorar e avaliar as políticas.

Nesse sentido a direção se amplia na perspectiva de uma aproximação teórica e metodológica atenta a um projeto teórico político feminista e de gênero em movimento tendo em vista que o pluralismo e as intersecções estão presentes nesta realidade e precisam ser visibilizadas na direção da igualdade de direitos e eliminação de todas as formas de opressão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. S. de; CASTRO, C. G. J. de; LISBOA, C. A. **Distritos sanitários: concepção e organização**, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Volume 1, São Paulo, 1998, Série Saúde & Cidadania.

BRASIL . Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher : Princípios e Diretrizes**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed., 2. reimpr. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2011.

_____. Ministério da Saúde. **Lei Orgânica da Saúde de 20/09/1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.. In: LOPES, Cinthia Fonseca. BERNARDINO, Erovânia. Vade Mecum do Serviço Social. 5. ed. Fortaleza: Premium, 2014

CFESS. **Parâmetros para a Atuação do Assistente Social na Saúde**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009.

DELGADO, Josimara; TAVARES, Márcia Santana. **(Trans)versalidades de gênero e geração nas políticas sociais: o lugar das mulheres e idosos**. Caderno Espaço feminino. Uberlândia. Minas Gerais. V 25. N2. Jul/Dez. 2012

FREIRE, Mariana Frizieiro da Silva Cruz; PASSOS, Rachel Gouveia. **Ensaio acerca da Notificação da Violência doméstica contra mulheres: a realidade dos municípios de São Gonçalo e Niterói**. In FREIRE, Mariana Frizieiro da Silva Cruz, PASSOS, Rachel Gouveia.(Org.) Políticas Públicas, gênero e violência contribuições para o Serviço Social.Campinas. Papel Social. 2015.

LISBOA, Tereza Gleba; MANFRINI, Daniele Beatriz. **Cidadania e Políticas Públicas de Gênero**. Revista Katálysis. V8. N1. Jan/Jun. Florianópolis. 2005

PRÁ, Jussara Reis. **Políticas para mulheres. Transversalizar é preciso** In ALVES, Ivá. et al. (Org). Travessias de Gênero na perspectiva feminista. EDUFBA. NEIM..2010.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. **Migrações perigosas: as (des)aventuras semânticas do conceito de gênero nos projetos e nas políticas para mulheres**

no Brasil. / In GONÇALVES. Rliane et al (org) Iguais? Gênero, Trabalho e lutas sociais. Góias, Ed. da PUC Goias.2014

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **Em torno do conceito de política social: notas introdutórias. Rio de Janeiro. 2002.**

<http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>. Acesso em 2014.